



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado			
	Nota	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	01/01/2012
		Reclas-sificado	Reclas-sificado	Reclas-sificado	Reclas-sificado	Reclas-sificado	Reclas-sificado	Reclas-sificado
ATIVO								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	4	36.008	77.417	6.820	58.668	83.440	10.134	
Títulos a receber	6	5.629	5.280	4.501	4.965	4.530	4.165	
Concessionárias	5	50.081	38.312	58.212	50.764	38.861	58.794	
Impostos e contribuições sociais	8	7.882	3.897	5.771	16.374	4.350	6.098	
Partes relacionadas	10	34.484		49.233	34.484			
Dividendos a receber	11	25.944	29.729	9.074				
Estoques	12				4.160	3.729	4.696	
Cauções e depósitos vinculados	13					19		
Despesas pagas antecipadamente				56		5	720	
Rendas a receber	7				4.758	6.150	4.825	
Outros créditos	14				15	31	103	
		160.028	154.635	133.667	174.188	141.115	89.535	
Não Circulante								
Títulos a receber	6	23.309	27.675	30.353	17.049	21.324	23.897	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	97.095	105.358	112.897	97.095	105.358	121.182	
Cauções e depósitos vinculados	13	1.056	766	435	1.507	1.883	1.628	
Outros créditos	14				2			
		121.460	133.799	143.685	115.653	128.565	146.707	
Investimentos	15	814.836	809.822	792.242		54	53	
Imobilizado	16	25	28	32	1.256.901	1.286.864	1.317.130	
Intangível	17	545.859	575.755	605.646	571.249	601.893	632.508	
		1.360.720	1.385.605	1.397.920	1.828.150	1.888.811	1.949.691	
Total do ativo		1.642.208	1.674.039	1.675.272	2.117.991	2.158.491	2.185.933	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
		Reclassificado	Reclassificado	Reclassificado	Reclassificado
Receitas	27	485.046	446.140	541.355	518.859
Custo da produção e do serviço de energia elétrica					
Custo do serviço de energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda		(66.521)	(21.846)	(66.611)	(21.988)
Encargos de uso da rede elétrica		(43.107)	(46.957)	(44.497)	(48.343)
	28	(109.628)	(68.803)	(111.108)	(70.331)
Custo de operação					
Pessoal		(132)		(6.719)	(6.766)
Materiais e serviços de terceiros		(12)		(5.424)	(4.863)
Depreciações e amortizações		(8)	(8)	(36.593)	(35.454)
Outros custos de operação		(140.131)	(181.100)	(98)	(83)
	28	(140.283)	(181.108)	(48.834)	(47.166)
		(249.911)	(249.911)	(159.942)	(117.497)
		235.135	196.229	381.413	401.362
Lucro bruto					
Despesas e Receitas operacionais					
Despesas com vendas		807	(882)	827	(904)
Despesas gerais e administrativas		(3.461)	(1.789)	(21.823)	(18.632)
Depreciações e amortizações		(29.893)	(29.886)	(30.348)	(30.471)
Outras despesas e receitas operacionais		(17.546)	(18.659)	(19.062)	(21.271)
	28	(50.093)	(51.216)	(70.406)	(71.278)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		185.042	145.013	311.007	330.084
Resultado das participações societárias		58.547	69.314		
Receitas financeiras		11.405	9.445	12.628	6.678
Despesas financeiras		(19.218)	(2.005)	(53.444)	(29.540)
	29	(7.813)	7.440	(40.816)	(22.862)
Resultado financeiro					
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		235.776	221.767	270.191	307.222
Imposto de renda e contribuição social correntes		(54.122)	(36.376)	(68.240)	(74.071)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(8.263)	(7.539)	(6.906)	(30.484)
	30	(62.385)	(43.915)	(75.146)	(104.555)
Resultado líquido antes das partes beneficiárias		173.391	177.852	195.045	202.667
Partes beneficiárias		(17.339)	(17.784)	(17.339)	(17.784)
Resultado líquido do exercício		156.052	160.068	177.706	184.883
Atribuível aos acionistas controladores	26.2			156.052	160.068
Atribuível aos acionistas não controladores				21.654	24.815
Resultado por ação atribuível aos acionistas					
Resultado básico por ação (Reais/Ação)					
ON		0,47593	0,48818	0,53537	0,43936
PNA		0,34138	0,35017	0,30725	0,31515
PNB		0,03465	0,03555	0,03119	0,03199
Resultado diluído por ação (Reais/Ação)					
ON		0,47593	0,48818	0,42834	0,43936
PNA		0,34138	0,35017	0,30725	0,31515
PNB		0,03465	0,03555	0,03119	0,03199

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
		Reclas-sificado	Reclas-sificado	Reclas-sificado	Reclas-sificado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Fornecedores	18	23.421	27.796	19.698	14.263
Impostos e contribuições sociais	8	56.313	36.291	31.112	66.116
Dividendos	11	64.561	89.152	93.815	76.784
Partes relacionadas	10				102.753
Debêntures	19	4.697			4.697
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	20			9.973	11.099
Benefícios pós-emprego	21			37	19
Obrigações estimadas com pessoal	24	131	154	78	2.119
Encargos regulamentares e setoriais	22	3.896	5.218	6.776	4.455
Uso do bem público	23				4.057
Provisões	25				4.339
Outras contas a pagar	14	28	16	702	454
		153.047	158.627	152.181	187.294
Não Circulante					
Impostos e contribuições sociais	8	6.095	12.032	17.105	6.095
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9				13.418
Debêntures	19	446.984			446.984
Empréstimos e financiamentos	20				70.813
Benefícios pós-emprego	21				698
Partes relacionadas	10	45	346	67	131
Encargos regulamentares e setoriais	22	3.414	1.746	413	3.782
Uso do bem público	23				40.861
Provisões	25				13.914
Outras contas a pagar	14			1.281	
		456.538	14.124	18.866	596.696
Patrimônio líquido					
Capital social	26.1	306.868	756.868	756.868	306.868
Reservas de capital	26.3	579.203	579.203	579.203	579.203
Reservas de lucros	26.3	146.515	165.598	168.484	146.515
Outros resultados abrangentes	26.3.4	37	(185)	(125)	37
Prejuízos acumulados			(196)	(205)	(196)
		1.032.623	1.501.288	1.504.225	1.032.623
Participações não controladores e participações dos acionistas não controladores		-	-	-	301.378
		1.032.623	1.501.288	1.504.225	1.334.001
Total do passivo e patrimônio líquido		1.642.208	1.674.039	1.675.272	2.117.991
		1.642.208	1.674.039	1.675.272	2.117.991

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
		Reclassificado	Reclassificado	Reclassificado	Reclassificado
Resultado líquido antes das partes beneficiárias		173.391	177.852	195.045	202.667
Outros Resultados Abrangentes	26.3.4				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias		222	(60)	304	(83)
Resultado Abrangente do exercício		173.613	177.792	195.349	202.584
Atribuível aos acionistas controladores				173.695	177.769
Atribuível aos acionistas não controladores				21.654	24.815

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
		Reclassificado	Reclassificado	Reclassificado	Reclassificado
Geração do valor adicionado		543.860	496.930	615.253	584.277
Receita operacional		543.053	496.531	607.266	577.409
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas		807	(882)	828	(904)
Receita relativa à construção de ativos próprios				7.159	6.484
Outras receitas			1.281		1.288
(-) Insumos adquiridos de terceiros		(125.419)	(79.180)	(153.289)	(105.240)
Custos da energia comprada		(73.301)	(24.073)	(73.400)	(24.230)
Encargos de uso da rede elétrica		(47.500)	(51.743)	(49.031)	(53.270)
Materiais				(2.749)	(3.699)
Serviços de terceiros		(1.446)	(735)	(20.641)	(18.003)
Outros custos operacionais		(3.172)	(2.629)	(7.468)	(6.038)
Valor adicionado bruto		418.441	417.750	461.964	479.037
Retenções					
Depreciações e amortizações		(29.900)	(29.894)	(67.026)	(67.166)
Valor adicionado líquido produzido		388.541	387.856	394.938	411.871
Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras		11.405	12.681	14.016	9.914
Resultado da equivalência patrimonial		58.547	69.314		
		458.493	469.851	408.954	421.785
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		1.092	152	9.857	9.053
Benefícios		16	3	1.677	1.526
FGTS		(3)	11	693	578
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		110.366	90.270	145.865	159.240
Estaduais				337	67
Municipais				119	109
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros		19.218	2.005	53.444	29.540
Aluguéis		154.413			

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012		2013	2012	2013	2012
	Reclassificado		Reclassificado			Reclassificado		Reclassificado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais					Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	235.776	221.767	270.191	307.222	Fornecedores	(4.375)	8.098	(1.754)	5.144
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais					Outros tributos e contribuições sociais	11.601	16.131	4.973	19.631
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(807)	882	(827)	904	Benefícios pós-emprego			120	269
Títulos a receber - AVP	489	(278)	489		Obrigações estimadas com pessoal	(23)	76	(321)	997
Depreciações e amortizações	29.901	29.894	66.941	65.925	Encargos regulamentares e setoriais	(4.303)	(2.188)	(4.880)	(1.961)
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		1	741	198	Provisões			(8.230)	(7.188)
Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos	(1.998)	(3.393)			Uso do bem público			(3.645)	(3.412)
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	17.661		31.944	16.454	Outros passivos operacionais	11	(686)	19	(538)
Uso do bem público - atualização monetária e AVP			5.057	5.470		2.911	21.431	(13.718)	12.942
Provisão para plano de benefícios pós-emprego			100	(98)	Caixa proveniente das atividades operacionais	195.785	192.418	345.203	402.278
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas			5.413	3.587	Imposto de renda e contribuição social pagos	(33.326)	(27.710)	(64.936)	(68.728)
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP			496	898	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	162.459	164.708	280.267	333.550
Ajuste a valor presente			9.551	3.231	Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Participações societárias	(58.547)	(69.314)			Dividendos recebidos	53.435	25.782		
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	4.650	1.963	5.520	2.240	Adições ao Imobilizado e Intangível			(7.159)	(6.484)
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(331)		(331)	Partes relacionadas	(364)	52.854	(364)	
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	696	1.200	674	1.185	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	53.071	78.636	(7.523)	(6.484)
Outros	(84)	(6.678)	(85)	(6.678)	Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
	227.737	175.713	396.205	400.207	Partes relacionadas	(32.423)	51	(31.944)	(664)
(Aumento) diminuição de ativos operacionais					Aumento (redução) de capital	(450.000)		(450.000)	
Concessionárias	(10.962)	19.018	(11.076)	19.029	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(208.536)	(172.798)	(227.995)	(182.474)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(26.489)	(27.991)	(27.586)	(30.386)	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	896.882		896.882	
Estoques			(431)	967	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	(450.000)		(471.597)	(56.655)
Cauções e depósitos vinculados	(290)		396	57	Encargos de dívidas líquido de derivativos	(12.862)		(12.862)	(13.967)
Despesas pagas antecipadamente		56	5	715	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(256.939)	(172.747)	(297.516)	(253.760)
Rendas a receber			1.392	(1.325)	Redução (Aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(41.409)	70.597	(24.772)	73.306
Títulos a receber	2.878	4.191	16	72	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	36.008	77.417	58.668	83.440
Outros ativos operacionais					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	77.417	6.820	83.440	10.134
	(34.863)	(4.726)	(37.284)	(10.871)		(41.409)	70.597	(24.772)	73.306

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2011	756.868	579.203	168.359	-	-	1.504.430	293.077	1.797.507
Ajuste de exercícios anteriores			125	(125)	(205)	(205)	(77)	(281)
Saldos em 1º de janeiro de 2012 (Reclassificado)	756.868	579.203	168.484	(125)	(205)	1.504.225	293.000	1.797.226
Dividendo adicional aprovado - AGO de 30/04/2012			(78.983)			(78.983)	(5.955)	(84.938)
Lucro líquido do exercício					160.068	160.068	24.815	184.883
Destinação do lucro								
Constituição de reserva legal			8.003		(8.003)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros			725		(725)	-	-	-
Dividendos intermediários (JSCP)					(83.962)	(83.962)	(12.336)	(96.298)
Dividendo adicional proposto					(67.369)	-	-	-
Outros resultados abrangentes								
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias				(60)	(196)	(60)	(22)	(83)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	756.868	579.203	165.598	(185)	(196)	1.501.288	299.502	1.800.790
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2012	756.868	579.203	165.413	-	-	1.501.484	299.575	1.801.059
Ajuste de exercícios anteriores			185	(185)	(196)	(196)	(73)	(269)
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Reclassificado)	756.868	579.203	165.598	(185)	(196)	1.501.288	299.502	1.800.790
Redução de capital - AGE 03/05/2013	(450.000)					(450.000)		(450.000)
Dividendo adicional aprovado - AGO de 09/04/2013			(67.369)			(67.369)	(8.673)	(76.042)
Distribuição de Reserva de Lucros - AGE de 03/05/2013			(52.015)			(52.015)		(52.015)
Lucro líquido do exercício					156.052	156.052	21.654	177.706
Destinação do lucro								
Constituição de reserva legal			7.793		(7.793)	-	-	-
Dividendos intermediários (JSCP)					(55.555)	(55.555)	(11.187)	(66.742)
Dividendo adicional proposto			92.508		(92.508)	-	-	-
Outros resultados abrangentes								
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias				222	-	222	82	304
Saldos em 31 de dezembro de 2013	306.868	579.203	146.515	37	-	1.032.623	301.378	1.334.001

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

Lajeado Energia S.A. (Companhia ou Lajeado ou Controladora), sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de São Paulo, controlada da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), tem como principal objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza, preparação de estudos de viabilidade e projetos, promoção da construção, da operação e da manutenção de usinas de geração. A Companhia poderá, ainda, participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

A Companhia detém, em 31 de dezembro de 2013, 73% do capital votante e 62,39% do capital total da Investco S.A. (Investco), sociedade de capital aberto que tem, como objeto principal, a elaboração de estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizada nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (Contrato de Concessão). O valor da participação societária em 73%, decorre da aplicação do CPC 39.

A Companhia controla a Investco e efetua a consolidação integral de suas Demonstrações Financeiras.

1.1 Concessão

A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da referida usina pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW e assegurada de 823,3 MW.

A Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Companhia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Investco, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Investco, são as concessionárias da UHE Lajeado. Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados a Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados. A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 7), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Como a Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, a Companhia e as demais consorciadas são responsáveis pelo pagamento do arrendamento para a Investco.

1.1.1 Uso do bem público

Como pagamento pelo uso do bem público, objeto do Contrato de Concessão, a Investco recolhe à União, desde a entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$1.045, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão (Nota 23).

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia e a Investco aplicarão, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua Receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria (Nota 22.1).

2 Base de preparação e práticas contábeis**2.1 Base de preparação****2.1.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPCs e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras da Controladora estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando integralmente consistentes com as IFRS, que prevêm a avaliação desses investimentos nas demonstrações financeiras separadas da Controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o Patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o Patrimônio líquido e resultado da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 26 de fevereiro de 2014.

A Investco é consolidada integralmente desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuará sendo consolidada até a data que cessará tal controle.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e sua controlada para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo.

b) Concessionárias (Nota 5)

Refere-se à venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e negociação de venda na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, ajustadas ao valor presente, quando aplicável.

Na Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD é efetuada uma análise criteriosa do saldo de concessionárias e o valor constituído é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

c) Rendas a receber (Nota 7)

Incluem os valores de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado, contabilizados de acordo com o regime de competência.

d) Estoques (Nota 12)

Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão, que estão classificados na rubrica de Imobilizado, e os utilizados na operação e manutenção, que estão classificados na rubrica de Estoques, são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é a média ponderada móvel.

e) Investimentos (Nota 15)

Nas demonstrações financeiras da Controladora, os investimentos em controlada, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e, em demais sociedades que fazem parte de uma mesma companhia ou que estejam sob controle comum, são avaliadas por equivalência patrimonial.

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos de voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

f) Imobilizado (Nota 16)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia e sua controlada para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão, os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Na data do término da concessão, para efeito de cálculo da indenização dos bens vinculados à concessão e reversíveis para a União, o valor residual dos ativos serão atualizados de acordo com critério a ser definido pela ANEEL. A Companhia, entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas e analisadas os seus impactos se existentes.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

h) Intangível (Nota 17)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*, desenvolvimento de projetos e o direito de concessão - uso do bem público. Os seguintes critérios são aplicados:

- *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
- Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1);
- Direitos de concessão: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
- Direito de concessão - Uso do bem público: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, a valor presente, e amortizado pelo prazo do contrato de concessão; e
- Ágio incorporado: refere-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrente da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Companhia.

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo esta reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

i) Licenças ambientais (Nota 25)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

j) Redução ao valor recuperável**Ativo financeiro**

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

k) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

l) Fornecedores (Nota 18)

Inclui o saldo a pagar à Investco relativo a arrendamento da UHE Lajeado, fornecedores de materiais, serviços, encargos de uso da rede elétrica e valores a pagar relativos à energia comercializada na CCEE. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência.

m) Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures (Nota 20 e 19)

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

n) Provisões (Nota 25)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

o) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

p) Imposto de renda e contribuição social (Notas 8, 9 e 30)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 - RTT, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32.

As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

A Companhia, para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

q) Benefícios pós-emprego (Nota 21)

A Investco possui planos de benefícios a empregados dos tipos Contribuição definida e Benefício definido. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota de Benefício pós-emprego.

Os valores são registrados de acordo com o CPC 33 (R1) nos termos da Deliberação CVM nº 695/12. Os custos e o passivo atuarial dos planos do tipo Benefício definido são determinados anualmente com base em avaliação realizada por atuários independentes segundo o Método do Critério Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2013.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no período em que ocorrem integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício passa a ser reconhecido pelo valor líquido com base na taxa de desconto.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

r) Uso do bem público (Nota 23)

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão como contraprestação ao direito de exploração dos aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão, calculados até o final do contrato de concessão, atualizado pelo IGP-M e reconhecido a valor presente pela taxa implícita no respectivo contrato.

s) Capital social (Nota 26.1)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

t) Partes Beneficiárias (Nota 26.3.1)

As partes beneficiárias, títulos emitidos pela Companhia ao abrigo do artigo 46 da Lei nº 6.404/76, são classificadas como instrumento de patrimônio, conforme os itens 16C e 16D do CPC 39.

u) Dividendos (Nota 11)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

v) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

• Receita operacional (Nota 27)

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e de suprimento de energia é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento do contrato de arrendamento dos ativos e o de suprimento de energia elétrica para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

• Receitas e despesas financeiras (Nota 29)

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de *hedge*, quando aplicável, e acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias, encargos de empréstimos e financiamentos e ajustes a valor presente.

w) Resultado por ação (Nota 31)

O resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/10. Não existe diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação, pois as Partes Beneficiárias, que são instrumentos potencialmente conversíveis em ações, têm um efeito antidiluidor.

x) Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e sua controlada se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e sua controlada revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente. Apesar do CPC 01 requerer o teste de imparidade somente quando há indicador de imparidade ou ativo de vida útil indefinida, a Companhia adota como prática a avaliação de imparidade em base anual.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 2.2 item b); Transações realizadas no âmbito da CCEE (nota 2.2 item b); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (nota 2.2 item p); Recuperação dos ativos (*impairment*) (nota 2.2 item j); Mensuração de instrumentos financeiros (nota 2.2 item y); Provisões fiscais, civis e trabalhistas (nota 2.2 item n); e Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (nota 2.2 item n e item i) e plano de Benefícios pós-emprego (nota 2.2 item q).

y) Instrumentos financeiros (Nota 32)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

z) Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.3 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas aprovada pela Deliberação CVM nº 698/12, abrangendo a Companhia e sua controlada (conforme descrito na Nota 15.2).

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre as diversas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora na sua controlada direta;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a sua controlada;
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

2.4 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, portanto, não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.4.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

A Companhia está avaliando e ainda não concluiu pelos efeitos e a aplicabilidade das normas abaixo, as quais são aplicáveis a partir de 1º janeiro de 2014, exceto o IFRS 9, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRIC 21 - Impostos

A IFRIC 21 é uma interpretação do IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O IAS 37 estabelece critérios para o reconhecimento de um passivo, um dos quais é a exigência de que a entidade tem uma obrigação presente como resultado de um evento passado (conhecido como fato gerador da obrigação). Esta interpretação esclarece que o fato gerador da obrigação que dá origem a uma obrigação de pagar uma taxa é a atividade descrita na legislação pertinente que desencadeia o pagamento da taxa.

IAS 32 - Compensação de ativos e passivos financeiros

As alterações à IAS 32 esclarecem questões de adoção existentes com relação às exigências de compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de “atualmente possui o direito legal de compensar” e “realização e liquidação simultâneas”.

IAS 36 - Redução ao valor recuperável de ativos: Divulgação de valores a recuperar de ativos não financeiros

O IASB publicou alterações ao IAS 36 relativas à divulgação de valores a recuperar de ativos não financeiros. As alterações introduzidas pelo IAS 36 exigem que a entidade deverá divulgar o valor recuperável dos ativos depreciados, que é baseado no valor justo menos os custos estimados de alienação.

Existem, adicionalmente, alterações incorporadas na IAS 36, na sequência da introdução da IFRS 13 - 'Justo valor: mensuração e divulgação', que vêm a ser corrigidas por meio desta emenda - eliminação do requisito de divulgação do valor recuperável de Unidades Geradoras de Caixa com ativos intangíveis com vida útil indefinida e/ou *goodwill*, quando não tenham sido reconhecidas perdas de imparidade.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil.

2.4.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2013.**CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (IAS 28)**

Inclusão da referência a Empreendimento Controlado em Conjunto. A exemplo da versão anterior do Pronunciamento CPC 18 a presente norma inclui a referência a Investimento em Controlada, que não consta na versão do IAS 28 (emitido pelo IASB), mas é necessária no Brasil em função da previsão, contida na Legislação Societária Brasileira, de que nas demonstrações contábeis individuais o investimento com controlada seja avaliado pelo método de equivalência patrimonial. A Companhia avaliou os impactos da revisão deste CPC e não há efeitos significativos.

CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19)

A revisão contempla substancialmente alterações introduzidas no texto da IAS 19. As principais modificações desta norma referem-se aos planos de benefícios definidos quanto: (i) a eliminação da utilização do “método do corredor” passando a vigorar somente o reconhecimento integral dos ganhos e perdas atuariais na data

2.5.1 Balanço Patrimonial

	Controladora					
	01/01/2012					
	Publicado	CPC 26 - Apresentação Liq. dos Serviços em curso de P&D	CPC 33 - Reconhecimento dos custos dos serviços passados	CPC 33 - Reclassificação de Ganhos e perdas Atuariais	CPC 32 - Tributo sobre o Lucro	Saldo ajustado
ATIVO						
Circulante						
Impostos e contribuições sociais	27.374				(19.772)	5.771
Outros créditos	7.497	(7.497)				-
	162.767	(7.497)	-	-	(19.772)	133.667
Não circulante						
Investimentos	792.447		(205)			792.242
	1.398.125	-	(205)	-	-	1.397.920
Total do ativo	1.704.577	(7.497)	(205)	-	(19.772)	1.675.272
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Circulante						
Impostos e contribuições sociais	52.715				(19.772)	31.112
Encargos regulamentares e setoriais	14.273	(7.497)				6.776
	181.281	(7.497)	-	-	(19.772)	152.181
Não Circulante						
Patrimônio líquido						
Reservas de lucros	168.359			125		168.484
Outros resultados abrangentes				(125)		(125)
Lucros (prejuízos) acumulados			(205)			(205)
	1.504.430	-	(205)	-	-	1.504.225
Total do patrimônio líquido e participações dos acionistas não controladores	1.504.430	-	(205)	-	-	1.504.225
Total do passivo e patrimônio líquido	1.704.577	(7.497)	(205)	-	(19.772)	1.675.272

	Controladora					
	31/12/2012					
	Publicado	CPC 26 - Apresentação Liq. dos Serviços em curso de P&D	CPC 33 - Reconhecimento dos custos dos serviços passados	CPC 33 - Reclassificação de Ganhos e perdas Atuariais	CPC 32 - Tributo sobre o Lucro	Saldo ajustado
ATIVO						
Circulante						
Impostos e contribuições sociais	29.802				(23.075)	3.897
Outros créditos	7.475	(7.475)				-
	188.015	(7.475)	-	-	(23.075)	154.635
Não circulante						
Investimentos	810.018		(196)			809.822
	1.385.801	-	(196)	-	-	1.385.605
Total do ativo	1.707.615	(7.475)	(196)	-	(23.075)	1.674.039
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Circulante						
Impostos e contribuições sociais	62.196				(23.075)	36.291
Encargos regulamentares e setoriais	12.693	(7.475)				5.218
	192.007	(7.475)	-	-	(23.075)	158.627
Não Circulante						
Patrimônio líquido						
Reservas de lucros	165.413			185		165.598
Outros resultados abrangentes				(185)		(185)
Lucros (prejuízos) acumulados			(196)			(196)
	1.501.484	-	(196)	-	-	1.501.288
Total do patrimônio líquido e participações dos acionistas não controladores	1.501.484	-	(196)	-	-	1.501.288
Total do passivo e patrimônio líquido	1.707.615	(7.475)	(196)	-	(23.075)	1.674.039

	Consolidado					
	01/01/2012					
	Publicado	CPC 26 - Apresentação Liq. dos Serviços em curso de P&D	CPC 33 - Reconhecimento dos custos dos serviços passados	CPC 33 - Reclassificação de Ganhos e perdas Atuariais	CPC 32 - Tributo sobre o Lucro	Saldo ajustado
ATIVO						
Circulante						
Impostos e contribuições sociais	49.842				(41.812)	6.098
Outros créditos	7.669	(7.566)				103
	140.845	(7.566)	-	-	(41.812)	89.535
Não circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	121.037		145			121.182
	146.562	-	145	-	-	146.707
Investimentos	55		(2)			53
	1.949.693	-	(2)	-	-	1.949.691
Total do ativo	2.237.100	(7.566)	143	-	(41.812)	2.185.933
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Circulante						
Impostos e contribuições sociais	92.276				(41.812)	48.532
Encargos regulamentares e setoriais	14.431	(7.566)				6.865
	299.082	(7.566)	-	-	(41.812)	247.772
Não Circulante						
Benefícios pós-emprego	243		425			668
	140.511	-	425	-	-	140.936
Patrimônio líquido						
Reservas de lucros	168.188			296		168.484
Outros resultados abrangentes	171			(296)		(125)
Lucros (prejuízos) acumulados			(205)			(205)
	1.504.430	-	(205)	-	-	1.504.225
Total do patrimônio líquido e participações dos acionistas não controladores	1.797.507	-	(282)	-	-	1.797.225
Total do passivo e patrimônio líquido	2.237.100	(7.566)	143	-	(41.812)	2.185.933

das demonstrações financeiras em Outros Resultados Abrangentes, (prática esta já utilizada pela Companhia desde a adoção inicial ao IFRS, em 2010); (ii) reconhecimento integral no resultado dos custos dos serviços passados; e (iii) reconhecimento da despesa/receita financeira do plano que passa a ser reconhecido pelo valor líquido com base na taxa de desconto.

As modificações à IAS 19 são efetivas para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2013 e exigem adoção retroativa.

Conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, mudanças de práticas contábeis requerem a aplicação retrospectiva, de forma a ajustar os períodos anteriores, apresentados para fins de comparação com o período atual, às mesmas práticas contábeis, como se estivessem em vigor a partir do início do período mais antigo apresentado, sendo o ajuste registrado em Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Os impactos na Companhia e Consolidado estão demonstrados na Nota 2.5.

CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (IFRS 10)

Essa norma exige que a controladora apresente suas Demonstrações Financeiras consolidadas como se fosse uma única entidade econômica, substituindo as exigências anteriormente contidas na IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e SIC 12 - Consolidação - Entidades de Propósito Específico. Detalhes das alterações já foram acima identificados na IFRS 10. A Companhia avaliou os impactos da revisão deste CPC e há efeitos significativos.

CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades (IFRS 12)

Incluem os requerimentos de divulgação para todas as formas de participações em outras entidades, inclusive operações em conjunto, coligadas, entidades estruturadas e outros tipos entidades-veículo não registradas no balanço.

CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros, foram complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma resultou em uma divulgação mais abrangente das demonstrações financeiras.

2.5 Reclassificações dos exercícios anteriores

Em janeiro de 2013 entraram em vigor os seguintes CPCs: CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 33 (R1), CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 46. Alguns destes CPCs trouxeram mudanças nas práticas contábeis da Companhia e, conforme previsto no CPC 23, mudanças nas práticas contábeis requerem aplicação retrospectiva ao exercício apresentado comparativamente mais antigo.

Conforme requisito do CPC 26 (R1), quando a Companhia incorrer em mudança na política contábil ou reclassificação de saldos de exercícios anteriores, ela deverá apresentar um terceiro balanço patrimonial no início do período anterior precedente ao período atual. Assim, para fins de comparabilidade, apresentamos os efeitos dos ajustes relativos a 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012, conforme descrito abaixo:

(a) Mudança de prática

O CPC 33 (R1) trouxe mudanças de práticas contábeis para a Companhia e, portanto, para fins de comparabilidade, foram feitos ajustes retroativos para atendimento das mudanças de práticas contábeis para melhor apresentação nos valores anteriormente divulgados.

(b) Reclassificações

A natureza das reclassificações são: (i) a apresentação líquida de ativos e passivos dos tributos sobre o lucro conforme requerido pelo CPC 32; (ii) a apresentação líquida de ativos e passivos dos tributos e também dos serviços em cursos relativos à P&D conforme requerido pela Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro; e (iii) reclassificação dos ganhos e perdas atuariais da rubrica “Reservas de lucros” para “Outros resultados abrangentes”.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado						Saldo ajustado
	31/12/2012						
	Publicado	CPC 26 - Apresentação Liq. dos Serviços em curso de P&D	CPC 33 - Reconhecimento dos custos dos serviços passados	CPC 33 - Reclasseificação de Ganhos e perdas Atuariais	CPC 32 - Tributo sobre o Lucro	Reclassificações	
ATIVO							
Circulante							
Impostos e contribuições sociais	58.650				(51.299)	(3.001)	4.350
Outros créditos	7.554	(7.523)	-	-			31
	202.938	(7.523)	-	-	(51.299)	(3.001)	141.115
Não circulante							
Investimentos	55		(1)				54
	1.888.812	-	(1)	-	-	-	1.888.811
Total do ativo	2.220.315	(7.523)	(1)	-	(51.299)	(3.001)	2.158.491
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Circulante							
Impostos e contribuições sociais	111.849				(51.299)	(3.001)	57.549
Encargos regulamentares e setoriais	13.041	(7.523)	-	-			5.518
	269.040	(7.523)	-	-	(51.299)	(3.001)	207.217
Não Circulante							
Impostos e contribuições sociais diferidos	14.756		(138)				14.618
Benefícios pós-emprego	551		406				957
	150.216	-	268	-	-	-	150.484
Patrimônio líquido							
Reservas de lucros	165.159						165.598
Outros resultados abrangentes	254				439		(185)
Lucros (prejuízos) acumulados	-		(196)		(439)		(196)
	1.501.484	-	(196)	-	-	-	1.501.288
Participações não controladores	299.575		(73)				299.502
Total do patrimônio líquido e participações dos acionistas não controladores	1.801.059	-	(269)	-	-	-	1.800.790
Total do passivo e patrimônio líquido	2.220.315	(7.523)	(1)	-	(51.299)	(3.001)	2.158.491

2.5.2 Demonstração do resultado

Controladora

CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - devido ao reconhecimento dos custos dos serviços passados, ocorreu na controladora o efeito de *equity* na rubrica de Resultado das participações societárias no valor acumulado de R\$9.

Consolidado

CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - devido ao reconhecimento dos custos dos serviços passados, ocorreu uma diminuição no Consolidado na rubrica de Despesas gerais e administrativas no valor de R\$19 para Imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de R\$7.

2.5.3 Demonstração do fluxo de caixa

Controladora

A natureza das reclassificações são: (i) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - devido ao reconhecimento dos custos dos serviços passados, ocorreu na controladora o efeito de *equity* no grupo de Ajuste ao lucro na rubrica de Participações societárias no valor de R\$9; (ii) redução no valor de R\$6 na rubrica de Despesas pagas antecipadamente no grupo de Ajuste ao lucro para a rubrica Despesas pagas antecipadamente no grupo Ativos operacionais; (iii) redução no valor de R\$2.393 na rubrica de Outros para a rubrica de Impostos e contribuições sociais - atualização monetária, afetando o grupo de Ajuste ao lucro; e (iv) redução no valor de R\$22 na rubrica de Outros ativos operacionais para a rubrica de Encargos regulamentares e setoriais no grupo de Atividades operacionais.

Consolidado

	2012			
	Publicado	CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Reclassificações para melhor classificação	Saldo ajustado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	307.203	19		307.222
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	860		44	904
Despesas pagas antecipadamente	874		(874)	-
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	19.685		(3.231)	16.454
Provisão para plano de benefícios pós-emprego	(79)	(19)		(98)
Ajuste a valor presente			3.231	3.231
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(1.208)		2.393	1.185
Outros	(4.285)		(2.393)	(6.678)
	401.037	-	(830)	400.207
(Aumento) diminuição de ativos operacionais				
Concessionárias	19.073		(44)	19.029
Despesas pagas antecipadamente	(159)		874	715
Títulos a receber	4.191		(4.191)	-
Outros ativos operacionais	115		(43)	72
	(7.467)	-	(3.404)	(10.871)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Encargos regulamentares e setoriais	(2.004)		43	(1.961)
Uso do bem público			(3.412)	(3.412)
	16.311	-	(3.369)	12.942
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	409.881		(7.603)	402.278
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	341.153		(7.603)	333.550
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Partes relacionadas	(4.855)		4.191	(664)
Uso do bem público	(3.412)		3.412	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(261.363)		7.603	(253.760)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	73.306			73.306
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	83.440			83.440
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	10.134			10.134
	73.306	-	-	73.306

2.5.4 Demonstração do valor adicionado

Controladora

CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - devido ao reconhecimento dos custos dos serviços passados, ocorreu na controladora o efeito de *equity* na rubrica de Resultado da equivalência patrimonial no valor de R\$9.

A natureza da reclassificações são: redução no valor de R\$67.369 na rubrica de Dividendos e juros sobre capital próprio para a rubrica de Lucros retidos.

Consolidado

CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - devido ao reconhecimento dos custos dos serviços passados, ocorreu no consolidado uma diminuição no valor de R\$19 na rubrica de Pessoal para a rubrica de Impostos e taxas e contribuições no valor de R\$7 e Lucros retidos no valor de R\$12. Ocorreu também o efeito de *EQUITY* na rubrica de Lucros retidos no valor de R\$3 para Participações dos não controladores.

A natureza da reclassificações são: redução no valor de R\$67.369 na rubrica de Dividendos e juros sobre capital próprio para a rubrica de Lucros retidos.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Resolução CNPE nº 03/2013

As empresas de geração e comercialização do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE, da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, da Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica - ABRACEEL, da Associação Brasileira de Geradores Termelétricas - ABRAGET, ajuizaram ações judiciais visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica dos custos do despacho adicional de usinas termelétricas por razão de segurança energética, em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

6 Títulos a receber

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Cessão de crédito - Tangará Energia S.A.	4.965	4.503	6.385	10.549	4.965	4.503	6.385	10.549
Cessão de crédito - Rede Energia S.A.			10.664	10.775			10.664	10.775
Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C"	664	750	6.260	6.351				
Outros		27				27		
Total	5.629	5.280	23.309	27.675	4.965	4.530	17.049	21.324

Em síntese, as teses defendidas nas ações judiciais abrangem a inversão do ônus da utilização do Sistema, que conduz o produtor e/ou comercializador a arcar com tais custos em desacordo com as leis e normativos aplicáveis ao Setor Elétrico, bem como a ofensa ao princípio da reserva legal, e usurpação de competência do Congresso Nacional para criação de subsídio sem a edição de Lei e sem a previsão de compensação econômico-financeira.

Entre maio/2013 e junho/2013 foram concedidas liminares no âmbito das ações ordinárias ajuizadas pelas Associações representativas dos agentes de geração e agentes comercializadores, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme CNPE nº 03/2013.

Em agosto/2013, o Tribunal Regional Federal - TRF deferiu o pedido da União para suspender os efeitos da liminar reestabelecendo a eficácia dos arts 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013 para os associados da ABRACEEL. No âmbito da ação ajuizada pela APINE, o TRF decidiu pela sua manutenção até julgamento final do recurso interposto pela União.

Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia e da Investco classificaram o risco de perda como possível, motivo pelo qual não se constitui provisão, de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O valor da contingência na Companhia é de R\$5.882 e na Investco é de R\$91.

3.2 Medida Provisória nº 627/13 e Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397/13

A Medida Provisória (MP) nº 627, de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da MP entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

Entre as principais alterações nas regras tributárias a MP revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras alterações. A referida MP já recebeu mais de 500 emendas e a Companhia e suas controladas aguardarão a conversão em Lei para uma análise mais profunda e conclusiva. A Companhia e suas controladas elaboraram um estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e em uma avaliação preliminar concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, não resultaria em impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Bancos conta movimento	1.997	23.170	14.504	29.193
Aplicações financeiras - renda fixa	34.011	54.247	44.164	54.247
Total	36.008	77.417	58.668	83.440

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

As aplicações financeiras da Controladora e do Consolidado referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários e Debêntures remunerados a taxas que variam entre 92,0% e 100,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota 32.3.

5 Concessionárias

	Controladora					
	Saldos vencidos	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD	Saldo líquido em	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Circulante						
Concessionárias						
Suprimento de energia elétrica	40.533		40.533		40.533	33.530
Energia de curto prazo	5.713		5.713		5.713	172
Encargos de uso da rede elétrica	3.835		3.835		3.835	4.610
	50.081	-	50.081	-	50.081	38.312
Total Circulante	50.081	-	50.081	-	50.081	38.312
Não circulante						
Concessionárias						
Energia de curto prazo		659	659	(659)	-	-
		659	659	(659)	-	-
Total Não Circulante	-	659	659	(659)	-	-

	Consolidado					
	Saldos vencidos	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD	Saldo líquido em	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Circulante						
Concessionárias						
Suprimento de energia elétrica	41.061		41.061		41.061	34.002
Energia de curto prazo	5.819		5.819		5.819	190
Encargos de uso da rede elétrica	3.884		3.884		3.884	4.669
	50.764	-	50.764	-	50.764	38.861
Total Circulante	50.764	-	50.764	-	50.764	38.861
Não circulante						
Concessionárias						
Energia de curto prazo		674	674	(674)	-	-
		674	674	(674)	-	-
Total Não Circulante	-	674	674	(674)	-	-

O saldo em 31 de dezembro de 2013 é composto por valores a vencer e a Companhia e sua controlada entendem que a PCLD constituída no não circulante é suficiente para refletir a expectativa de perdas.

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota 32.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Cessão de crédito - Tangará Energia S.A.: refere-se ao saldo da repactuação do contrato de Cessão de crédito firmado entre a Companhia e a Tangará Energia S.A., em 31 de agosto de 2004, aprovado pela ANEEL por meio dos Ofícios nº 467/00-SFF/ANEEL e 1.706/04-SFF/ANEEL, com as seguintes condições: montante original do contrato de R\$18.199; prazo para pagamento de 120 meses; carência de 18 meses; remuneração de 100% do CDI; e término em 29 de fevereiro de 2016. Como garantia foi dada uma nota promissória no valor do saldo devedor.

Cessão de crédito - Rede Energia S.A.: refere-se ao saldo da consolidação e repactuação do contrato de Cessão de crédito firmado entre a Companhia e a Rede Energia S.A., em 31 de dezembro de 2006, aprovado pela ANEEL por meio do Despacho nº 181-SFF/ANEEL de 29 de janeiro de 2007, com as seguintes condições: montante original do contrato de R\$23.532; prazo para pagamento de 86 meses; carência de 24 meses; remuneração de 100% do CDI mais 2% juros a.a.; e término em 29 de fevereiro de 2016. Como garantia foi dada uma nota promissória no valor do saldo devedor.

Ações preferenciais das classes resgatáveis "A", "B" e "C": O montante de R\$6.924 em 31 de dezembro de 2013 (R\$7.101 em 31 de dezembro de 2012) refere-se às ações de emissão da Investco onde, de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da referida controlada, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro recebível por satisfazerem a definição de ativo financeiro, pelo fato da controlada não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o parágrafo 19 do CPC 39.

A estimativa de valor justo foi efetuada considerando-se as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

Rendas a receber - Consolidado

O saldo de R\$4.758 em 31 de dezembro de 2013 (R\$6.150 em 31 de dezembro de 2012), refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Investco arrendou às demais concessionárias do Consórcio UHE Lajeado, sendo CEB Lajeado S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e a Companhia, frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Investco, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão.

O contrato de arrendamento foi aditado em 2009, objetivando assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,33% corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o período, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte. Desta forma, no ano de 2013, a redução é proveniente da aplicação do CA existente no cálculo do valor de arrendamento entre os exercícios.

8 Impostos e contribuições sociais

	Controladora						Saldo em 31/12/2013
	Saldo em 31/12/2012	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	
Reclassificado							
Ativo - compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social	1.227		204	14.292	(4.531)	(9.966)	1.226
PIS e COFINS		25.455				(24.749)	706
IRRF sobre aplicações financeiras	2.635	1.161				(2.586)	1.210
IRRF sobre juros s/capital próprio		4.695					4.695
Outros	35	15				(5)	45
Total	3.897	31.326	204	14.292	(4.531)	(37.306)	7.882
Circulante	3.897						7.882
Total	3.897						7.882
Passivo - a recolher							
Imposto de renda e contribuição social	13.537	54.122		(19.034)		(12.557)	36.068
ICMS sobre diferencial de alíquota	29						29
PIS e COFINS	3.820	53.128		(22.518)	(4.531)	(24.749)	5.150
ISS	4						4
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	9	202		(193)			18
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	3	56		(47)			12
IRRF sobre juros s/capital próprio	12.594	8.333		(12.594)			8.333
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09	18.310	318	900	(6.785)			12.743
Encargos com pessoal	17	538		(504)			51
Total	48.323	116.697	900	(61.675)	(4.531)	(37.306)	62.408
Circulante	36.291						56.313
Não circulante	12.032						6.095
Total	48.323						62.408

	Consolidado						Saldo em 31/12/2013
	Saldo em 31/12/2012	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	
Reclassificado							
Ativo - compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social	1.260		226	36.425	(4.965)	(23.672)	9.274
PIS e COFINS		26.116			(3)	(25.407)	706
IRRF sobre aplicações financeiras	3.047	1.597				(2.998)	1.646
IRRF sobre juros s/capital próprio		4.695					4.695
Outros	43	15				(5)	53
Total	4.350	32.423	226	36.425	(4.968)	(52.082)	16.374
Circulante	4.350						16.374
Total	4.350						16.374
Passivo - a recolher							
Imposto de renda e contribuição social	23.014	68.240		(28.511)		(26.675)	36.068
ICMS sobre diferencial de alíquota	49	229		(237)			41
PIS e COFINS	5.805	73.349		(42.083)	(4.968)	(25.407)	6.696
ISS	61	236		(215)		(12)	70
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	22	709		(693)			38
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	32	205		(203)			34
IRRF sobre juros s/capital próprio	21.872	15.593		(21.431)			16.034
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09	18.310	503	900	(6.970)			12.743
Encargos com pessoal	416	3.691		(3.632)		12	487
Total	69.581	162.755	900	(103.975)	(4.968)	(52.082)	72.211
Circulante	57.549						66.116
Não circulante	12.032						6.095
Total	69.581						72.211

8.1 Parcelamentos de impostos - PAEX e REFIS das Leis nº 11.941/09 e nº 12.865/13**Controladora**

Em setembro de 2006, a Companhia aderiu ao Parcelamento Excepcional - PAEX, instituído pela Medida Provisória nº 303/06, que trata de parcelamento de débitos de pessoas jurídicas junto à Secretaria da Receita Federal - SRF, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, de débitos de IRPJ, CSLL, COFINS, PIS, CPMF, INSS e multa.

Em 2009, foi formalizada junto à Receita Federal do Brasil - RFB a consolidação dos débitos do PAEX ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei nº 11.941/09 - "REFIS IV". Em 30 de junho de 2011, a Companhia procedeu à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento. O saldo de R\$12.743 em 31 de dezembro de 2013, será pago em 23 parcelas de R\$554 atualizáveis mensalmente pela SELIC.

Em 10 de outubro de 2013 foi publicada a Lei nº 12.865, reabrindo o prazo de parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09 para débitos que não foram incluídos no programa em 2009. O prazo para nova inclusão foi prorrogado até 31 de dezembro de 2013 e a Companhia formalizou em dezembro junto à RFB a inclusão de débitos IRPJ e COFINS ao novo programa no montante de R\$495. O efeito da adesão ao novo programa foi uma redução de R\$177 (R\$85 de juros e R\$92 de multas e encargos) e o restante do débito foi quitado por meio de pagamento à vista no valor de R\$318.

Consolidado

Em 10 de outubro de 2013 foi publicada a Lei nº 12.865, reabrindo o prazo de parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09 para débitos que não foram incluídos no programa em 2009. O prazo para nova inclusão foi prorrogado até 31 de dezembro de 2013 e as Companhias formalizaram em dezembro junto à Receita Federal do Brasil - RFB a inclusão de débitos IRPJ, COFINS e Imposto Territorial Rural - ITR ao novo programa no montante de R\$1.190. O efeito da adesão ao novo programa foi uma redução de R\$585 (R\$168 de juros e R\$417 de multas e encargos) o restante do débito foi quitado por meio de pagamento à vista no valor de R\$605.

8.2 IRRF - Juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos no exercício de 2013 aos acionistas a título de Juros sobre o capital próprio, conforme legislação (Nota 26.2) liquidado em janeiro de 2014. Neste exercício foi retido o montante de R\$8.333 (R\$16.034 no consolidado).

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre os valores que constituem diferenças temporárias, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e sua controlada e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.

9.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Controladora					
	Ativo Não Circulante			Resultado		
	31/12/2013	31/12/2012	2013	2012	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Diferenças temporárias						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	234	84	318	593	(275)	301
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.458	525	1.983	1.983		
Total diferenças temporárias	1.692	609	2.301	2.576	(275)	301
Ágio incorporado	68.237	24.565	92.802	100.600	(7.798)	(8.181)
Diferenças temporárias - RTT						
Instrumentos financeiros - CPC 39	1.464	528	1.992	2.182	(190)	341
Total diferenças temporárias - RTT	1.464	528	1.992	2.182	(190)	341
Total Ativos Diferidos	71.393	25.702	97.095	105.358		
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos					(8.263)	(7.539)

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos do exercício foi registrada em contrapartida a crédito do resultado do exercício em R\$8.263.

Em dezembro de 2012 a controlada Investco reavaliou o cálculo do Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ganhos da adoção dos CPCs, associados à classificação das ações preferenciais resgatáveis (classe PNA, PNB e PNC) como Instrumentos financeiros conforme CPC 39, de forma a adequar à expectativa de realização futura.

Natureza dos créditos	Consolidado							
	Ativo Não Circulante			Passivo Não Circulante			Resultado	
	31/12/2013	31/12/2012	Total	31/12/2013	31/12/2012	2013	2012	
Reclas-sificado								
Diferenças temporárias								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	234	84	318	593	(4)	(1)	(5)	
Benefício pós-emprego			-	-	(181)	(65)	(246)	
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.458	525	1.983	1.983	(1.091)	(393)	(1.484)	
Total diferenças temporárias	1.692	609	2.301	2.576	(1.276)	(459)	(1.735)	
Ágio incorporado	68.237	24.565	92.802	100.600				
Diferenças temporárias - RTT								
Licenças ambientais - CPC 25			-	-	1.889	680	2.569	
Uso do bem público - CPC 25			-	-	(8.152)	(2.935)	(11.087)	
Instrumentos financeiros - CPC 39	1.464	528	1.992	2.182	17.406	6.265	23.671	
Total diferenças temporárias - RTT	1.464	528	1.992	2.182	11.143	4.010	15.153	
Total Ativos/Passivos Diferidos	71.393	25.702	97.095	105.358	9.867	3.551	13.418	
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos								
						(6.906)	(30.484)	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferido no montante de R\$7.063 foi registrada em contrapartida a débito do resultado do exercício em R\$6.906, a débito de Patrimônio líquido em R\$157.

9.1.1 Ágio incorporado

O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação da EDP Lajeado Energia S.A. e da Tocantins Energia S.A., ocorrida em novembro de 2009, representada pelo benefício fiscal proveniente da dedutibilidade do ágio pago pela controladora EDP - Energias do Brasil, o qual foi contabilizado de acordo com as instruções CVM n.ºs 319/99 e 349/99, e conforme determinação da ANEEL. Está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo da concessão da Companhia, que resulta em realização anual média do crédito fiscal de R\$5.030 até o ano de 2032 (Nota 17.1).

9.1.2 Instrumentos financeiros - CPC 39

As diferenças temporárias provenientes de Instrumentos financeiros - CPC 39, referem-se ao ajuste a valor presente das Ações preferenciais resgatáveis A, B e C conforme item 19 do CPC 39 (Nota 32).

9.2 Resultados tributáveis futuros

A projeção de resultados tributáveis futuros indica que a Companhia e a sua controlada apresentam base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários no exercício como demonstrado.

No entanto, o crédito relacionado ao ágio, mencionado na nota 9.1.1, será realizado financeiramente até 2032, em consonância com as normas de amortização dos valores a ele vinculados.

Para atendimento à Instrução CVM n.º 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2013, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2014. Com base no estudo, a Companhia e sua controlada estimam recuperar os créditos fiscais diferidos nos seguintes exercícios:

		Controladora		Total Não circulante	
	2014	2015	2016		
	4.292	51.349	41.454		97.095
		Consolidado		Total Não circulante	
	2014	2015	2016		
	4.292	51.349	41.454		97.095

10 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para a sua controladora e a receber de sua controlada direta Investco, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício e estão apresentados como segue:

		Controladora		Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício		
Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/MWh em 31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	2013	2012
Concessionárias										
	EDP Bandeirante	09/11/2001	12/12/2001 a 31/11/2013	143,10		1.272			13.011	13.297
	EDP Bandeirante	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	169,56	1	1			16	15
	EDP Bandeirante	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	171,04	7	6			72	69
	EDP Bandeirante	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	159,27	30	29			236	224
	EDP Comercializadora	01/11/2001	01/01/2003 a 31/12/2022		11.230	9.130			123.737	114.761
	EDP Comercializadora	01/01/2013	01/01/2013 a 31/12/2014						7.738	
	EDP Comercializadora	01/01/2013	01/01/2013 a 31/12/2014						28.619	
	EDP Comercializadora	01/01/2013	01/01/2013 a 31/12/2014		3.005				2.727	
	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2012							1.250
	EDP Comercializadora	01/04/2012	01/04/2012 a 31/12/2012			65				3.458
	EDP Escelsa	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	168,57	3	3			33	32
	EDP Escelsa	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	170,03	6	5			60	56
	EDP Escelsa	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	158,33	26	23			197	183
Outros Créditos										
Uso do sistema de transmissão	EDP Comercializadora	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2013		1.585	1.904			15.243	15.503
					15.893	12.438			191.689	148.848
Partes relacionadas										
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho n.º 205/13	EDP - Energias do Brasil	01/07/2012	Até a emissão de nova Resolução da ANEEL				42	344	(693)	(344)
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho n.º 2.807/13	EDP - Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				3	2	(31)	(22)
Contratos de mútuo - 100% do CDI	Investco	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012							3.621
Contratos de mútuo - 100,3% do CDI	EDP Comercializadora	08/04/2013	08/04/2013 a 07/01/2014		34.484				1.998	
					34.484		45	346	1.274	3.255
Fornecedores										
Uso do sistema de transmissão	Evrecy	28/10/1999	28/10/1999 a 17/07/2025							(18)
Compra de energia elétrica (contratos bilaterais)	EDP Comercializadora	01/12/2012	01/12/2012 a 31/12/2013				2.311		(6.171)	(3.291)
	EDP Comercializadora	01/12/2012	01/12/2012 a 31/12/2013				522		(16.121)	(8.039)
Arrendamento UHE Lajeado	Investco	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033				12.866	16.629	(140.109)	(181.086)
							15.699	16.629	(162.401)	(192.434)
					Total	50.377	12.438	15.744	16.975	30.562
									(40.331)	
Consolidado										
				Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício		
Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/MWh em 31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	2013	2012
Concessionárias										
	EDP Bandeirante	09/11/2001	12/12/2001 a 31/11/2013	143,10		1.272			13.011	13.297
	EDP Bandeirante	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	169,56	1	1			16	15
	EDP Bandeirante	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	171,04	7	6			72	69
	EDP Bandeirante	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	159,27	30	29			236	224
	EDP Bandeirante	01/08/2002	01/08/2002 a 15/12/2032	137,07		151				1.578
	EDP Bandeirante	01/08/2005	01/08/2005 a 15/12/2032	137,07		4				43
	EDP Comercializadora	01/11/2001	01/01/2003 a 31/12/2022		11.230	9.130			123.737	114.761
	EDP Comercializadora	01/01/2013	01/01/2013 a 31/12/2014						7.738	
	EDP Comercializadora	01/01/2013	01/01/2013 a 31/12/2014						28.619	
	EDP Comercializadora	01/01/2013	01/01/2013 a 31/12/2014		3.005				2.727	
	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2012							1.250
	EDP Comercializadora	01/04/2012	01/04/2012 a 31/12/2012			65				3.458
	EDP Escelsa	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	168,57	3	3			33	32
	EDP Escelsa	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	170,03	6	5			60	56
	EDP Escelsa	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	158,33	26	23			197	183
Outros Créditos										
Uso do sistema de transmissão	EDP Comercializadora	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2013		1.585	1.904			15.243	15.503
					15.893	12.593			191.689	150.469
Partes relacionadas										
Prestação de serviços de consultoria ambiental	Energest	01/12/2011	29/09/2011 a 28/09/2014							(185)
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho n.º 205/13	EDP Energias do Brasil	01/07/2012	Até a emissão de nova Resolução da ANEEL				42	344	(693)	(344)
	EDP Energias do Brasil	01/07/2012	Até a emissão de nova Resolução da ANEEL				67	475	(955)	(475)
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho n.º 2.807/13	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				3	2	(31)	(22)
	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				19	12	(200)	(136)
Contratos de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	08/04/2013	08/04/2013 a 07/01/2014		34.484				1.998	
	EDP Energias do Brasil	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012							(406)
					34.484		131	833	119	(1.568)
Fornecedores										
Uso do sistema de transmissão	Evrecy	28/10/1999	28/10/1999 a 17/07/2025							(18)
Compra de energia elétrica	EDP Comercializadora	01/12/2012	01/12/2012 a 31/12/2013				2.311		(6.171)	(3.291)
	EDP Comercializadora	01/12/2012	01/12/2012 a 31/12/2013				522		(16.121)	(8.039)
	EDP Comercializadora	01/01/2013	01/01/2013 a 31/12/2013				2.538		(20.225)	
							5.371		(42.517)	(11.348)
					Total	50.377	12.593	5.502	833	149.291
									137.553	

Os contratos de compartilhamento entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos: Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura:

a) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos: A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil, controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas. A distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *Holding* que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte por meio do *timesheet*.

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuída pela ANEEL conforme Despacho n.º 174, de 18 de Janeiro de 2012.

Em 22 de maio de 2012, a Resolução Normativa ANEEL n.º 489, alterou a Resolução Normativa n.º 334/08, permitindo, mediante análise da ANEEL, a prorrogação da anuência já concedida a contratos de compartilhamento de recursos humanos decorrentes da segregação de atividades estabelecida pela Lei n.º 10.848/04, até a entrada em vigor da nova Resolução Normativa que disciplinará a contratação entre partes relacionadas no setor elétrico.

Em 28 de junho de 2012, por meio do Despacho n.º 2.149, a ANEEL anuiu às minutas dos 2º e 3º Termos Aditivos ao Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, firmados entre a Companhia e sua controladora, para compartilhamento de gestores corporativos, como pleiteado no documento n.º 48513.039848/2011-00, com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do art. 27 da Resolução Normativa n.º 334/08, alterada pela Resolução Normativa n.º 489/12.

Em 11 de setembro de 2012, a ANEEL por meio do Ofício Circular n.º 883, manifestou-se no sentido de que as concessionárias, permissionárias e autorizadas interessadas na prorrogação do prazo de anuência concedida pela ANEEL, deveriam protocolar manifestação de interesse impreterivelmente até o dia 11 de outubro de 2012. No dia 10 de outubro de 2012, a Companhia solicitou a prorrogação do Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, para que o contrato tivesse vigência apenas a partir de 1º de julho de 2012, sendo o período de 1º de janeiro de 2012 a 30 de junho de 2012 assumidos integralmente pela controladora EDP - Energias do Brasil S.A., com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do art. 27 da Resolução Normativa n.º 334/08, alterada pela Resolução Normativa n.º 489/12, os quais foram anuídos por meio do Despacho ANEEL n.º 205, de 25 de janeiro de 2013.

Atualmente, a ANEEL está analisando o tema compartilhamento de recursos humanos no âmbito da Consulta Pública n.º 12/2013, cujo período de contribuições encerrou-se em 31 de dezembro de 2013. Quando da publicação do resultado, as empresas terão um prazo para submeterem novo pedido de compartilhamento para anuência e o contrato vigente ficará prorrogado até a deliberação da ANEEL.

b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: Em 14 de abril de 2011, a ANEEL por meio do Despacho n.º 1.598 anuiu os Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura que têm por objeto a distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos de telecomunicações entre as seguintes empresas: (i) Sede em São Paulo - SP tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Escelsa, EDP Bandeirante e Energest; (ii) Centro Operativo em Serra - ES tendo como Contratada a EDP Escelsa e Contratante a Energest, EnerPrev, Santa Fé, EDP GRID e EDP Renováveis; (iii) Escritório em Campo Grande - MS tendo como Contratada a Energest e Contratante a Pantanal. Estes contratos têm vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As alterações nos percentuais de rateio devem ser submetidas anualmente à anuência prévia da ANEEL, e neste sentido, o Despacho nº 1.692, de 17 de maio de 2012, anuiu o primeiro Termo Aditivo dos Contratos da Sede em São Paulo.

Em junho de 2013, em função da mudança de endereço da sede social do Grupo EDP - Energias do Brasil em São Paulo, foram firmados os segundos Termos Aditivos aos Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura. Até a publicação da anuência desses aditivos, em 7 de agosto de 2013, por meio do Despacho nº 2.807/13, os gastos ocorridos nos meses de junho e julho de 2013, foram assumidos integralmente pela EDP - Energias do Brasil e posteriormente repassados em setembro de 2013 às Contratantes.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 34.2).

10.1 Controladora direta e final

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

10.2 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

As contrapartes da Companhia estão sob controle comum, exceto pela EDP - Energias do Brasil que é sua controladora final, a Investco S.A. que é sua controlada e as demais companhias que compõem o Consórcio Lajeado: CEB Lajeado S.A e Paulista Lajeado Energia S.A, que são acionistas não controladores.

10.3 Remuneração dos administradores**10.3.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração e Diretoria**

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa: 100%

Conselho Fiscal

Não se aplica

10.3.2 Remuneração total do Conselho de Administração e da Diretoria pagos pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (em R\$)

	Controladora		
	Conselho de administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	2 (*)	1 (**)	3
Remuneração fixa (em R\$)	152.006	194.861	346.868
Salário ou pró-labore	126.672	154.652	281.324
Encargos sociais	25.334	40.209	65.544
Valor total da remuneração, por órgão	152.006	194.861	346.868

(*) Os 6 membros do Conselho de Administração, apenas 2 são remunerados.
(**) Dos 4 membros da Diretoria, apenas 1 é remunerado.
A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é de até R\$ 420.000,00, para o período de abril de 2013 a março de 2014, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

15 Investimentos**15.1 Movimentação dos investimentos no exercício de 2013**

	Controladora						% Participação Direta	
	Saldo em 31/12/2012 Reclassificado	Baixas	Equivalência Patrimonial	Dividendos/JSCP	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012
Investimentos								
Investco	809.767		58.547	(53.700)	222	814.836	73	73
Outros	55	(55)				-		
Total	809.822	(55)	58.547	(53.700)	222	814.836	73	73

15.2 Participação direta do investimento

Empresas	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)				% de participação da Companhia				Ativos totais	Passivos (Circulantes e Não circulantes)	Patrimônio líquido	Receitas	Resultado Exercício					
	31/12/2013		31/12/2012		31/12/2013		31/12/2012						31/12/2013	31/12/2012				
	Ordinárias/Quotas	Prefereenciais	Ordinárias/Quotas	Prefereenciais	Capital social integrado	Capital votante	Capital social integrado	Capital votante										
Investco	293.608	197.007	293.608	197.007	62,39	73,00	62,39	73,00	1.336.353	1.347.679	220.139	238.408	1.116.214	1.109.271	196.418	253.805	80.201	94.129

16 Imobilizado

	Controladora								Consolidado								
	31/12/2013				31/12/2012				31/12/2013				31/12/2012				
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Imobilizado em serviço																	
Administração																	
Móveis e utensílios					6,25	58	(33)	25	6,25	58	(30)	28	6,25	58	(30)	28	
Total do imobilizado em serviço						58	(33)	25		58	(30)	28		58	(30)	28	
Total imobilizado						58	(33)	25		58	(30)	28		58	(30)	28	
Imobilizado em serviço																	
Geração																	
Terrenos																	
Reservatórios, barragens e adutoras									2,00	684.269	(151.985)	532.284		2,00	688.262	(139.142)	549.120
Edificações, obras civis e benfeitorias									3,22	332.236	(89.516)	242.720		3,25	332.237	(82.069)	250.168
Máquinas e equipamentos									4,51	405.408	(128.975)	276.433		5,07	402.152	(117.035)	285.117
Veículos									14,29	839	(775)	64		14,29	984	(897)	87
Móveis e utensílios														11,46	1		1
										1.537.262	(371.251)	1.166.011			1.538.154	(339.143)	1.199.011
Transmissão																	
Edificações, obras civis e benfeitorias										3	8.328	(3.913)	4.415		8.379	(3.658)	4.721
Máquinas e equipamentos									3,40	72.883	(24.661)	48.222		3,66	72.799	(21.674)	51.125
										81.211	(28.574)	52.637			81.178	(25.332)	55.846
Administração																	
Máquinas e equipamentos									10,34	439	(273)	166		13,74	1.370	(1.022)	348
Veículos									14,29	677	(323)	354		14,29	678	(227)	451
Móveis e utensílios									6,25	447	(278)	169		6,29	596	(363)	233
										1.563	(874)	689			2.644	(1.612)	1.032
Total do imobilizado em serviço										1.620.036	(400.699)	1.219.337			1.621.976	(366.087)	1.255.889
Imobilizado em curso																	
Geração																	
Terrenos (Nota 25.1.1.2)										14.305		14.305			14.209		14.209
Outros										23.259		23.259			16.766		16.766
Total do imobilizado em curso										37.564	-	37.564			30.975	-	30.975
Total imobilizado tangível										1.657.600	(400.699)	1.256.901			1.652.951	(366.087)	1.286.864

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Controladora						Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2012	Ingressos	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2013	Valor líquido em 31/12/2012	Aquisições	Transferências	Depreciações e amortizações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2013	
Imobilizado em serviço												
Móveis e utensílios												
Total do imobilizado em serviço												
Total imobilizado tangível												
Terrenos												
Reservatórios, barragens e adutoras												
Edificações, obras civis e benfeitorias												
Máquinas e equipamentos												
Veículos												
Móveis e utensílios												
Outros												
Total do imobilizado em serviço												
Total do imobilizado em curso												
Total Imobilizado												

Para atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº 367/09, a Investco realizou em 2013 a conciliação físico-contábil dos bens patrimoniais. Durante o levantamento e conciliação não houve ajustes significativos, apenas a reclassificação entre classes para a melhor adequação da base do ativo Imobilizado em atendimento da referida Resolução. As principais reclassificações envolveram os itens Reservatórios, barragens e adutoras para Máquinas e equipamentos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2013, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de proceder o teste de recuperabilidade dos ativos pela Administração da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

20 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

20.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Empresa	Utilização	Custo da dívida	Forma de pagamento	Consolidado							
					31/12/2013			31/12/2012				
					Encargos Circulante	Encargos Não circulante	Encargos Principal Não circulante	Encargos Circulante	Encargos Não circulante	Encargos Principal Não circulante		
Ações recebíveis cumulativa	Investco	Ações preferenciais resgatáveis A, B e C	8,70% a.a.	Dividendos anuais e pagamento do principal	9.973	41.187	29.626	80.786	11.099	47.812	19.462	78.373
Total					9.973	41.187	29.626	80.786	11.099	47.812	19.462	78.373

A forma de realização das dívidas é ao custo.

Para maiores informações a respeito das garantias, vide a nota 34.2.

20.2 Mutações dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

Circulante	Controladora				Valor líquido em 31/12/2013
	Valor líquido em 31/12/2012	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	-	450.000	(450.000)		-
Principal	-	450.000	(462.862)	12.862	-
Juros	-			12.862	-

A Controladora firmou um contrato em 19 de agosto de 2013, no valor de R\$450.000 na modalidade de Notas Promissórias junto ao Banco Bradesco e Banco do Brasil. Sobre o valor das Notas Promissórias incidiram juros à razão de 0,47% a.a. acima do CDI. Os vencimentos do principal e juros eram em parcela única em 14 de fevereiro de 2014. Em 6 de dezembro de 2013, as Notas Promissórias foram liquidadas com a 1ª Emissão de Debêntures Simples.

Circulante	Consolidado				Valor líquido em 31/12/2013
	Valor líquido em 31/12/2012	Ingressos	Paga-mentos	Juros provisionados	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	(750)	450.000	(448.722)	(783)	(664)
Principal	11.849	450.000	(34.459)	27.145	10.637
Juros	11.849	450.000	(462.862)	6.102	9.973

A Controladora firmou um contrato em 19 de agosto de 2013, no valor de R\$450.000 na modalidade de Notas Promissórias junto ao Banco Bradesco e Banco do Brasil. Sobre o valor das Notas Promissórias incidiram juros à razão de 0,47% a.a. acima do CDI. Os vencimentos do principal e juros eram em parcela única em 14 de fevereiro de 2014. Em 6 de dezembro de 2013, as Notas Promissórias foram liquidadas com a 1ª Emissão de Debêntures Simples.

Circulante	Consolidado				Valor líquido em 31/12/2013
	Valor líquido em 31/12/2012	Ingressos	Paga-mentos	Juros provisionados	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19.461			10.165	29.626
Principal	47.813			(933)	41.187
Juros	67.274			(5.693)	70.813

Circulante	Consolidado				Valor líquido em 31/12/2013
	Valor líquido em 31/12/2012	Ingressos	Paga-mentos	Juros provisionados	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19.461			10.165	29.626
Principal	47.813			(933)	41.187
Juros	67.274			(5.693)	70.813

Circulante	Consolidado				Valor líquido em 31/12/2013
	Valor líquido em 31/12/2012	Ingressos	Paga-mentos	Juros provisionados	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19.461			10.165	29.626
Principal	47.813			(933)	41.187
Juros	67.274			(5.693)	70.813

Vencimento	Consolidado	
	Nacional	Total
Circulante		
2014	9.973	9.973
Não circulante		
2015	3.959	3.959
2016	3.612	3.612
2017	3.292	3.292
2018	2.998	2.998
2019	2.727	2.727
2020 até 2024	10.661	10.661
2025 até 2029	6.502	6.502
2030 até 2033	37.062	37.062
Total	70.813	70.813

Vencimento	Consolidado	
	Nacional	Total
Circulante		
2014	9.973	9.973
Não circulante		
2015	3.959	3.959
2016	3.612	3.612
2017	3.292	3.292
2018	2.998	2.998
2019	2.727	2.727
2020 até 2024	10.661	10.661
2025 até 2029	6.502	6.502
2030 até 2033	37.062	37.062
Total	70.813	70.813

Vencimento	Consolidado	
	Nacional	Total
Circulante		
2014	9.973	9.973
Não circulante		
2015	3.959	3.959
2016	3.612	3.612
2017	3.292	3.292
2018	2.998	2.998
2019	2.727	2.727
2020 até 2024	10.661	10.661
2025 até 2029	6.502	6.502
2030 até 2033	37.062	37.062
Total	70.813	70.813

Vencimento	Consolidado	
	Nacional	Total
Circulante		
2014	9.973	9.973
Não circulante		
2015	3.959	3.959
2016	3.612	3.612
2017	3.292	3.292
2018	2.998	2.998
2019	2.727	2.727
2020 até 2024	10.661	10.661
2025 até 2029	6.502	6.502
2030 até 2033	37.062	37.062
Total	70.813	70.813

Vencimento	Consolidado	
	Nacional	Total
Circulante		
2014	9.973	9.973
Não circulante		
2015	3.959	3.959
2016	3.612	3.612
2017	3.292	3.292
2018	2.998	2.998
2019	2.727	2.727
2020 até 2024	10.661	10.661
2025 até 2029	6.502	6.502
2030 até 2033	37.062	37.062
Total	70.813	70.813

Vencimento	Consolidado	
	Nacional	Total
Circulante		
2014	9.973	9.973
Não circulante		
2015	3.959	3.959
2016	3.612	3.612
2017	3.292	3.292
2018	2.998	2.998
2019	2.727	2.727
2020 até 2024	10.661	10.661
2025 até 2029	6.502	6.502
2030 até 2033	37.062	37.062
Total	70.813	70.813

Vencimento	Consolidado	
	Nacional	Total
Circulante		
2014	9.973	9.973
Não circulante		
2015	3.959	3.959
2016	3.612	3.612
2017	3.292	3.292
2018	2.998	2.998
2019	2.727	2.727
2020 até 2024	10.661	10.661
2025 até 2029	6.502	6.502
2030 até 2033	37.062	37.062
Total	70.813	70.813

Vencimento	Consolidado	
	Nacional	Total
Circulante		
2014	9.973	9.973
Não circulante		
2015	3.959	3.959
2016	3.612	3.612
2017	3.292	3.292
2018	2.998	2.998
2019	2.727	2.727
2020 até 2024	10.661	10.661
2025 até 2029	6.502	6.502
2030 até 2033	37.062	37.062
Total	70.813	70.813

Vencimento	Consolidado	
	Nacional	Total
Circulante		
2014	9.973	9.973
Não circulante		
2015	3.959	3.959
2016	3.612	3.612
2017	3.292	3.292
2018	2.998	2.998
2019	2.727	2.727
2020 até 2024	10.661	10.661
2025 até 2029	6.502	6.502
2030 até 2033	37.062	37.062
Total	70.813	70.813

Vencimento	Consolidado	
	Nacional	Total
Circulante		
2014	9.973	9.973
Não circulante		
2015	3.959	3.959
2016	3.612	3.612
2017	3.292	3.292
2018	2.998	2.998
2019	2.727	2.727
2020 até 2024	10.661	10.661
2025 até 2029	6.502	6.502
2030 até 2033	37.062	37.062
Total	70.813	70.813

Vencimento	Consolidado	
	Nacional	Total
Circulante		
2014	9.973	9.973
Não circulante		
2015	3.959	3.959
2016	3.612	3.612
2017	3.292	3.292
2018	2.998	2.998
2019	2.727	2.727
2020 até 2024	10.661	10.661
2025 até 2029	6.502	6.502
2030 até 2033	37.062	37.062
Total	70.813	70.813

Vencimento	Consolidado	
	Nacional	Total
Circulante		
2014	9.973	9.973
Não circulante		
2015	3.959	3.959
2016	3.612	3.612
2017	3.292	3.292
2018	2.998	2.998
2019	2.727	2.727
2020 até 2024	10.661	10.661
2025 até 2029	6.502	6.502
2030 até 2033	37.062	37.062
Total	70.813	70.813

Vencimento	Consolidado	
	Nacional	Total
Circulante		
2014	9.973	9.973
Não circulante		
2015	3.959	3.959
2016	3.612	3.612
2017	3.292	3.292
2018	2.998	2.998
2019	2.727	2.727
2020 até 2024	10.661	10.661
2025 até 2029	6.502	6.502
2030 até 2033	37.062	37.062
Total	70.813	70.813

Vencimento	Consolidado	
	Nacional	Total
Circulante		
2014	9.973	9.973
Não circulante		
2015	3.959	3.959
2016	3.612	3.612
2017	3.292	3.292
2018	2.998	2.998
2019	2.727	2.727
2020 até 2024	10.661	10.661
2025 até 2029	6.502	6.502
2030 até 2033	37.062	37.062
Total	70.813	70.813

Vencimento	Consolidado	
	Nacional	Total
Circulante		
2014	9.973	9.973
Não circulante		
2015	3.959	3.959
2016	3.612	3.612
2017	3.292	3.292
2018	2.998	2.998
2019	2.727	2.727
2020 até 2024	10.661	10.661
2025 até 2029	6.502	6.502
2030 até 2033	37.062	37.062
Total	70.813	70.813

Vencimento	Consolidado	
	Nacional	Total
Circulante		
2014	9.973	9.973
Não circulante		
2015	3.959	3.959
2016	3.612	3.612
2017	3.292	3.292
2018	2.998	2.998
2019	2.727	2.727
2020 até 2024	10.661	10.661
2025 até 2029	6.502	6.502
2030 até 2033	37.062	37.062
Total	70.813	70.813

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora									
	Passivo									
	Baixas									
	Instâncias	Saldo em 31/12/2012	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Reclassificação	Saldo em 31/12/2013		
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm		214			104	(318)			
Total		-	-	214		-	104	(318)		(318)
	Consolidado									
	Passivo									
	Baixas									
	Instâncias	Saldo em 31/12/2012	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualizações Monetárias	Reclassificação	Saldo em 31/12/2013	Depósito Judicial (Nota 13)	
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	1.746	262	(203)	(1.356)	(381)	68			996
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	4.383	2.729	(5.072)	(501)	4.862	6.401	31		
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm	-	399			206				
Outros		1.500					1.500			
Total	-	7.629	3.390	(5.275)	(1.857)	4.687	(605)	7.969	404	996
Não circulante		7.629					7.969	404		996
Total		7.629					7.969	404		996

25.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

25.1.1.2 Cíveis**Indenizações**

As ações judiciais de natureza cível - indenizações referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Investco por conta do citado enchimento.

Em julho de 2013 a Investco firmou acordo judicial no montante de R\$4.980, sendo R\$985 referente a valor nominal da ação e R\$3.994 referente à atualização monetária relativo à ação de indenização por danos materiais e morais pelo enchimento do reservatório.

Desapropriações

Referem-se a ações judiciais de natureza cível, decorrentes de indenização a título de desapropriação

propostas pela Investco para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Investco e o valor pretendido pelo expropriado. O saldo dos Depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2013 é de R\$14.305 (R\$14.209 em 31 de dezembro de 2012) e estão registrados na rubrica de Terrenos no Imobilizado em curso (Nota 16).

25.1.1.3 Fiscais

Em decorrência da adesão da Companhia e da Investco ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei nº 11.941/09 e nº 12.865/13, o montante de R\$318 (Companhia) e R\$287 (Investco), totalizando no consolidado R\$605, foi reclassificado para a rubrica de impostos e contribuições sociais (Nota 8.1).

25.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Controladora					Consolidado				
						Ativo				
						Depósito Judicial (Nota 13)				
	Instâncias	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2012
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª					75	60			36
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm					88.590	87.679			32
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm	10.045	10.168	1.056	766	12.331	11.098	1.056	766	
Total		10.045	10.168	1.056	766	100.996	98.837	1.092	834	

As ações de natureza cível, em sua grande maioria, referem-se às ações descritas na nota 25.1.1.2 Indenizações.

25.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza fiscal, cível e trabalhista em andamento, cuja perda foi estimada como remota. O saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2013 é de R\$11 (R\$53 em 31 de dezembro de 2012) (Nota 13).

25.2 Licenças ambientais

O montante de R\$10.284 em 31 de dezembro de 2013 (R\$12.945 em 31 de dezembro de 2012) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reforestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorreram contra

A composição do Capital social em 31 de dezembro de 2013 e 2012, está demonstrada a seguir:

	31/12/2013							
	Em milhares de ações							
	Quantidade de ações "ON"		%		Quantidade de ações "PNA"		%	
	Participação		Participação		Participação		Participação	
EDP - Energias do Brasil	113.690		100,00					
Governo do Estado de Tocantins					8.278	100,00		
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás				81.549	100,00			
Total	113.690	100,00	81.549	100,00	8.278	100,00	203.517	100,00

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

26.2 Destinação do lucro

Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no artigo 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76 e artigo 28 do Estatuto Social, da seguinte forma: a) 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, da constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital social;

b) uma parcela, por proposta de órgãos da Administração, poderá ser destinada à formação de Reserva para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;

c) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo fixo assegurado às ações preferenciais no caso da Investco;

d) serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias e preferenciais 25% dos lucros líquidos; e

e) uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 18 de dezembro de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, nos termos da Lei nº 9.249/95, no montante bruto de R\$55.555, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

	31/12/2013		
Lucro líquido apurado no exercício	156.052		
Prejuízo acumulados	(196)		
Lucro líquido ajustado	155.856		
Constituição da reserva legal - 5%	(7.793)		
	148.063		
Destinação do lucro:	148.063		
Dividendos intermediários - JSCP	55.555		
Dividendos oriundos do lucro líquido ajustado			
Dividendo adicional proposto	92.508		
Quantidade de ações	203.517.892		
Dividendos por ação - R\$ - JSCP	0,00027		
Dividendos por ação - R\$ - Dividendos Adicional Proposto	0,00045		
Dividendos por ação - R\$	0,00073		
De acordo com o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "B" têm as seguintes vantagens:			
• As ações preferenciais classe "A" gozam do direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial classe "A", 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária.			
• As ações preferenciais classe "B" gozam do direito de:			
(i) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, no valor de R\$748; e			
(ii) recebimento de dividendo adicional, quando e no montante que o dividendo pago às ações ordinárias exceder o mínimo garantido às ações preferenciais classe "B", calculado por ação, sendo que o pagamento dos dividendos das ações preferenciais classe "B" é subordinado ao pagamento das ações preferenciais classe "A".			
O Acordo de Acionistas celebrado com a Eletrobrás prevê: i) distribuição integral dos lucros apurados na forma de dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio; ii) garantia de rendimento à Eletrobrás equivalente a 49,67% do lucro de cada exercício, composto pelos dividendos das ações preferenciais, das partes beneficiárias e reservas constituídas, exceto a de investimentos; e iii) os valores dos investimentos na área ambiental da UHE Lajeado são descontados dos dividendos devidos à EDP - Energias do Brasil e registrados no Patrimônio líquido na rubrica Reserva de lucros.			
Em 2013 o total dos rendimentos da Eletrobrás são de R\$36.261, sendo R\$17.339 referente a partes beneficiárias e R\$18.922 juros sobre o capital próprio, líquido de IRRF.			
26.3 Reservas	Nota	31/12/2013	31/12/2012
Reservas de capital			Reclassificado
Partes beneficiárias	26.3.1	451.376	451.376
Ágio na incorporação de sociedade controladora	26.3.2	127.827	127.827
		579.203	579.203
Outros resultados abrangentes	26.3.4		
(Perda)/Ganho atuarial com Benefícios pós-emprego		(18)	(281)
IRPJ/CSSL Diferido		55	96
		37	(185)
Reservas de lucros			
Legal		54.007	49.612
Retenção de lucros	26.3.3		34.914
Dividendo adicional proposto		92.508	67.369
Lucros a realizar			13.703
		146.515	165.598
Total		725.755	744.616

26.3.1 Partes beneficiárias e Ações Preferenciais

A Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária de 15 de fevereiro de 2006, aprovou a alteração no Estatuto, criando: (i) 53.210.337 ações preferenciais nominativas não conversíveis, sem direito a voto e que terão direito ao recebimento de dividendos 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e (ii) 10.000 partes beneficiárias, sem valor nominal, negociáveis e estranhas ao Capital social, conferindo aos seus titulares direito de crédito eventual contra a Companhia, no montante equivalente a 10% do lucro anual apurado pela Companhia, observado o disposto na Lei nº 6.404/76.

Estas ações, bem como as partes beneficiárias, foram integralmente subscritas e adquiridas, nesta data, pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás.

O prazo de duração das partes beneficiárias é até 31 de outubro de 2032, quando serão, caso não tenham sido resgatadas, automaticamente convertidas em ações preferenciais Classe "A" (Artigo 14 do Estatuto) correspondente a 5,084% do total das ações emitidas pela Companhia (Artigo 14, Parágrafos 1º e 2º do Estatuto). O resgate pode ocorrer a qualquer tempo por deliberação da Companhia até o término do prazo de duração das partes beneficiárias.

A Companhia entende que o instrumento denominado partes beneficiárias cumpre com os itens 16C e 16D do CPC 39, e como tal, deve ser classificado como um instrumento patrimonial. Além do exposto, o item AG26 do CPC 39 descreve que, quando as distribuições aos acionistas das ações preferenciais, cumulativas ou não, ocorre de acordo com o critério do emissor, as ações são instrumentos patrimoniais.

Assim, consideramos que ações ordinárias, ações preferenciais e partes beneficiárias devem ser classificadas como o mesmo tipo de instrumento, ou seja, patrimonial, pois possuem basicamente as mesmas características. Tendo em vista entendimento divergente dos auditores independentes do exercício de 2012, a Companhia, para suportar o registro contábil efetuado, buscou *legal opinion* e segunda opinião contábil que corroboraram com entendimento mantido pela Administração desde de 2006 quanto a forma de classificação contábil adotada, qual seja, como instrumento de patrimônio.

Em 25 de fevereiro de 2013, o parecer emitido pelo auditor independente da época apresentou ressalva. O auditor independente manifestou entendimento que as características das partes beneficiárias são as de um instrumento híbrido e que referido saldo não deveria, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, ser integralmente registrado em conta de patrimônio líquido, devendo parte substancial ser registrada como passivo pelo montante de caixa que a Companhia deveria pagar para o detentor das partes beneficiárias durante o prazo de sua vigência.

Diante da divergência de entendimento quanto a classificação contábil das partes beneficiárias entre o auditor e a Companhia, em 20 de fevereiro de 2013, a sua controladora protocolou consulta formal junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Em 29 de maio de 2013, a CVM, por meio do Ofício/CVM/SEP/GEA-5/nº 167/2013, manifestou seu entendimento inicial, porém solicitou mais informações para avaliação do tema. Em 14 de novembro de 2013, por meio do Ofício/CVM/SEP/GEA-5/nº 346/2013, a CVM finalizou o seu entendimento e concluiu que não há elementos que indiquem que o critério contábil adotado pela Companhia resultaria, em seus aspectos relevantes, no descumprimento às normas contábeis aplicáveis. A CVM informou, ainda, que o processo foi arquivado.

Portanto, diante do exposto acima, a contabilização das partes beneficiárias, desde a sua criação em 2006, como instrumento de capital está classificada nas demonstrações financeiras da Companhia em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas IFRSs.

26.3.2 Ágio na incorporação de sociedade controladora

O valor do acervo líquido incorporado pela Companhia, no montante de R\$127.827, foi integralmente destinado à Reserva Especial de Ágio na Incorporação, registrado no Patrimônio líquido da Companhia na forma do disposto no artigo 6º da Instrução CVM nº 319/99, sem alteração, do montante do capital subscrito e integralizado (Nota 17.1.1).

26.3.3 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros foi constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos às Assembleias Gerais Ordinárias.

26.3.4 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2012	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2013
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(185)	222	37
	(185)	222	37

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

27 Receita

	Controladora				Consolidado			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Suprimento de Energia elétrica	3.366.715	3.409.700	482.731	417.548	3.410.161	3.454.392	488.865	423.271
Energia de curto prazo			16.712	30.109			17.056	30.752
	3.366.715	3.409.700	499.443	447.657	3.410.161	3.454.392	505.921	454.023
Receitas com operações de energia elétrica	3.366.715	3.409.700	499.443	447.657	3.410.161	3.454.392	505.921	454.023
Outras receitas operacionais			43.610	48.874			101.345	123.386
Receita operacional bruta	3.366.715	3.409.700	543.053	496.531	3.410.161	3.454.392	607.266	577.409
(-) Deduções à receita operacional			(58.007)	(50.391)			(65.911)	(58.550)
Tributos sobre a receita			(53.128)	(45.929)			(59.068)	(53.410)
PIS/COFINS			(53.128)	(45.929)			(59.068)	(53.410)
Encargos do consumidor			(4.879)	(4.462)			(6.843)	(5.140)
P&D			(4.879)	(4.462)			(6.843)	(5.140)
Receita	3.366.715	3.409.700	485.046	446.140	3.410.161	3.454.392	541.355	518.859

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

28 Gastos operacionais

	Controladora						2012
	2013						
	Custo da produção e do serviço		Despesas Operacionais				
Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total	
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda							
Moeda nacional	66.521					66.521	21.846
Encargos de uso da rede elétrica	43.107					43.107	46.957
Taxa de fiscalização					1.263	1.263	1.364
Compensações financeiras					16.107	16.107	18.576
	109.628	-	-	-	17.370	126.998	88.743
Gerenciáveis							
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		132		984		1.116	208
Serviços de terceiros		12		1.434		1.446	735
Depreciação				4		4	4
Amortização		8		29.889		29.897	29.890
Provisão p/créd.liq.duvidosa/perdas líquidas			(807)			(807)	882
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					95	95	-
Aluguéis e arrendamentos		140.131				140.131	181.100
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					55	55	-
Outras				1.043	26	1.069	(435)
	-	140.283	(807)	33.354	176	173.006	212.384
Total	109.628	140.283	(807)	33.354	17.546	300.004	301.127

	Consolidado						2012
	2013						
	Custo da produção e do serviço		Despesas Operacionais				
Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total	
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda							
Moeda nacional	66.611					66.611	21.988
Encargos de uso da rede elétrica	44.497					44.497	48.343
Taxa de fiscalização					1.280	1.280	1.383
Compensações financeiras					16.330	16.330	18.833
	111.108	-	-	-	17.610	128.718	90.547
Gerenciáveis							
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		6.719		6.526		13.245	12.789
Material		799		260		1.059	793
Serviços de terceiros		4.625		11.381		16.006	13.443
Depreciação		35.905		348		36.253	35.120
Amortização		688		30.000		30.688	30.805
Provisão p/créd.liq.duvidosa/perdas líquidas			(827)			(827)	904
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					1.028	1.028	2.343
Aluguéis e arrendamentos		22		478		500	541
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					398	398	(7)
Outras		76		3.178	26	3.280	1.497
	-	48.834	(827)	52.171	1.452	101.630	98.228
Total	111.108	48.834	(827)	52.171	19.062	230.348	188.775

29 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
	Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras	4.199	1.468	5.976	3.081
Ajuste a valor presente - Ações preferenciais	489	278		
Atualização monetária depósitos judiciais	33	330	33	330
Atualização monetária contratos de mútuo	1.998	3.621	1.998	
Variações monetárias moeda nacional				102
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	204	263	226	279
Descontos obtidos			7	6
Remuneração das ações preferenciais	899	823		
Outras receitas financeiras	3.583	2.662	4.388	2.880
	11.405	9.445	12.628	6.678
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(17.716)	(92)	(32.541)	(16.483)
Atualização monetária de licenças ambientais			(496)	(898)
Ajuste a valor presente - Ações preferenciais	(170)		(9.233)	(2.953)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	(104)		(4.584)	(1.244)
Atualizações monetárias - REFIS	(900)	(1.462)	(900)	(1.462)
Atualização monetária contratos de mútuo		(228)		(634)
Atualização monetária uso do bem público			(4.120)	(5.241)
Ajuste a valor presente uso do bem público			(937)	(229)
Benefícios pós-emprego			(100)	(79)
Outras despesas financeiras	(328)	(223)	(533)	(317)
	(19.218)	(2.005)	(53.444)	(29.540)
	(7.813)	7.440	(40.816)	(22.862)

30 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Lucro antes do IRPJ e CSLL	235.776	221.767	235.776	221.767	270.191	307.222	270.191	307.222
Alíquota	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(58.944)	(55.442)	(21.220)	(19.959)	(67.548)	(76.806)	(24.317)	(27.650)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
Doações	(140)	(104)	(50)	(38)	(250)	(211)	(90)	(77)
Multas indedutíveis						(1)		
Gratificações a administradores	(4)	171	(1)	61	(1)	177		63
Resultados de equivalência patrimonial	14.637	17.326	5.269	6.237				
Programa REFIS	44	16	16		146		53	
Juros sobre o capital próprio	6.063	12.247	2.183	4.409	19.534	27.710	7.032	9.976
Outros								
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos		323		115	(1)	(17.433)		(6.278)
(Adição) Reversão de diferenças permanentes	(7.649)	(7.257)	(2.753)	(2.613)	(7.649)	(11.056)	(2.753)	(3.980)
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	72	171	68	67	447	175	203	69
Adicional IRPJ	24	24			48	48		
Incentivo Cultural e Artístico		277				609		
Doações a atividades de caráter Desportivo		70				70		
Doações aos Fds Direitos da Criança e do Adolescente						40		
Despesa de IRPJ e CSLL	(45.897)	(32.194)	(16.488)	(11.721)	(55.274)	(76.678)	(19.872)	(27.877)
Alíquota Efetiva	19,47%	14,52%	6,99%	5,29%	20,46%	24,96%	7,35%	9,07%

31 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia e de sua controlada para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia e de sua controlada pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

Para o exercício de divulgação, a Companhia e a controlada não dispunham de instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações da própria ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	156.052	160.068	156.052	160.068
Média ponderada do número de ações ordinárias				

em poder dos acionistas controladores (mil) 203.518 203.518 203.518 203.518
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação) **0,76677** **0,78650** **0,76677** **0,78650**

32 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/11 e Instrução CVM nº 475/08, quando aplicável, a Companhia efetua avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

32.1 Considerações gerais

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas

pela Administração da Companhia e sua controlada.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

32.2 Classificação dos instrumentos financeiros

	Nota	Categoria	Níveis	Controladora			
				31/12/2013		31/12/2012	
				Valor Justo		Valor Contábil	
Ativos financeiros							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio do resultado	Nível 1	1.997	23.170	1.997	23.170
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	34.011	54.247	34.011	54.247
Títulos a receber	6	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	5.629	5.280	5.629	5.280
Concessionárias	5	Empréstimos e recebíveis	Nível 1	50.081	38.312	50.081	38.312
Partes relacionadas	10	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	34.484		34.484	
Não circulante							
Títulos a receber	6	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	23.309	27.675	23.309	27.675
				149.511	148.684	149.511	148.684
Passivos financeiros							
Circulante							
Fornecedores	18	Outros ao custo amortizado	Nível 2	23.421	27.796	23.421	27.796
Partes relacionadas	10	Valor justo por meio do resultado	Nível 2				
Debêntures	19	Outros ao custo amortizado	Nível 2	4.697		4.697	
Não circulante							
Debêntures	19	Outros ao custo amortizado	Nível 2	446.984		446.984	
Partes relacionadas	10	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	45	346	45	346
				475.147	28.142	475.147	28.142
				Consolidado			
	Nota	Categoria	Níveis	31/12/2013		31/12/2012	
				Valor Justo		Valor Contábil	
Ativos financeiros							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio do resultado	Nível 1	14.504	29.193	14.504	29.193
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	44.164	54.247	44.164	54.247
Títulos a receber	6	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	4.965	4.530	4.965	4.530
Concessionárias	5	Empréstimos e recebíveis	Nível 1	50.764	38.861	50.764	38.861
Partes relacionadas	10	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	34.484		34.484	
Cauções e depósitos vinculados	13	Ativos mantidos até o vencimento	Nível 1		19		19
Rendas a receber	7	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	4.758	6.150	4.758	6.150
Não circulante							
Títulos a receber	6	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	17.049	21.324	17.049	21.324
				170.688	154.324	170.688	154.324
Passivos financeiros							
Circulante							
Fornecedores	18	Outros ao custo amortizado	Nível 2	14.263	16.017	14.263	16.017
Debêntures	19	Outros ao custo amortizado	Nível 2	4.697		4.697	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	20	Outros ao custo amortizado	Nível 2	9.973	11.099	9.973	11.099
Uso do bem público		Outros ao custo amortizado	Nível 2	4.057	3.894	4.057	3.894
Não circulante							
Debêntures	19	Outros ao custo amortizado	Nível 2	446.984		446.984	
Empréstimos e financiamentos	20	Outros ao custo amortizado	Nível 2	70.813	67.274	70.813	67.274
Partes relacionadas	10	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	131	833	131	833
Uso do bem público	23	Outros ao custo amortizado	Nível 2	40.861	39.612	40.861	39.612
				591.779	138.729	591.779	138.729

32.2.1 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo, a Companhia e sua controlada projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para determinados Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Caixa e equivalentes de caixa: são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata que equivalem a valor justo. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

(ii) Títulos a receber: são constituídos por Contratos de Cessão de Crédito celebrados com as empresas Tangará Energia S.A. e Rede Energia S.A. Também encontram-se registrados nesta rubrica as Ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" de emissão da Investco. As características de ambos instrumentos financeiros estão destacadas na nota 6.

(iii) Rendas a receber: refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Investco arrendou junto à controladora e às demais concessionárias do Consórcio da UHE Lajeado, CEB Lajeado e Paulista Lajeado Energia para assegurar receita. A remuneração implícita neste contrato é de 8,83%, sobre 99% do ativo imobilizado líquido, atualizado pelo IPCA medido pelo IBGE, acrescido de 99% do valor da depreciação do mesmo período.

(iv) Concessionárias e Fornecedores: são compostos, principalmente, de contratos de suprimentos de energia elétrica, encargos de uso da rede e energia de curto prazo com taxas definidas no mercado regulado pela ANEEL e, pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

(v) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: são valorizados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Na categoria de empréstimos temos constituídas ainda Ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Investco, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Controlada não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39. A estimativa de valor justo foi efetuada considerando as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

(vi) Partes relacionadas: é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo, contratos de mútuos e arrendamento, sem conflitos de interesses e em condições reais de mercado.

(vii) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita no projeto de 6% que representa o custo médio de capital na data da assinatura dos contratos de concessão na modalidade de UBP para a Investco.

32.2.2 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e a sua controlada. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia e sua controlada:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

32.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e Debêntures captados pela Companhia apresentados nas notas 20 e 19, possuem como contraparte para empréstimos e financiamentos o Banco Bradesco e Banco do Brasil e para as debêntures o agente fiduciário Oliveira Trust. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia e sua controlada possuem um risco de mercado associado ao CDI.

Como riscos de mercado associados à taxas de juros, atribui-se ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

32.3.1 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia e sua controlada, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente. Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e sua controlada em função da variação de cada risco destacado.

Operação	Risco	Controladora							
		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Instrumentos financeiros ativos		2.962	2.441		5.403	1.351	2.701	(1.351)	(2.701)
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(44.488)	(174.636)	(11.473)	(230.597)	(48.285)	(95.675)	49.217	99.405
		(41.526)	(172.195)	(11.473)	(225.194)	(46.934)	(92.974)	47.866	96.704
		Consolidado							
		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	Risco	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Instrumentos financeiros ativos		3.701	3.701		1.536	3.070	(1.536)	(3.070)	
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(44.488)	(44.488)	(44.488)	(48.285)	(95.675)	49.217	99.405	
		(40.787)	(40.787)	(40.787)	(46.749)	(92.605)	47.681	96.335	

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia e de sua controlada.

O indicador teve seu intervalo conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,75% e 10,50%.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

32.4 Risco de liquidez

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia e sua controlada são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), Concessionárias (Nota 5) Rendas a receber (Nota 7). A Companhia e sua controlada, em 31 de dezembro de 2013, tem em caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. *Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparece descrita individualmente na nota 19. Até 31 de dezembro de 2013 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude. Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 34.2) para as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

No consolidado o capital circulante líquido em 31 de dezembro de 2013, que corresponde a diferença entre Ativo circulante e Passivo circulante, foi negativo em R\$13.106 (R\$66.102 em 31 de dezembro de 2012). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo, uma vez que a Investco recebe recursos suficientes dos contratos de arrendamento assinados com seus acionistas controladores para pagar os compromissos previstos no curto prazo.

Os riscos de liquidez atribuídos as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures referem-se a Juros futuros e não contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 34.1.

32.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e sua controlada não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada as rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, Cauções e depósitos vinculados, entre outras.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia e sua controlada, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia e sua controlada, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e sua controlada a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

33 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício, a Companhia constituiu Dividendos a receber no montante de R\$49.650 e Dividendos a pagar no valor de R\$114.591. No Consolidado foi constituído o montante de R\$132.672 referente a Dividendo a pagar. Todas estas atividades não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa.

34 Compromissos contratuais e Garantias**34.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2013, os compromissos das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	Controladora				
	31/12/2013				
	Total Geral	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Responsabilidades com locações operacionais	1.590.490	149.175	258.002	202.377	980.936
Obrigações de compra	490	293	197		
Juros futuros de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	229.255	47.066	93.374	74.615	14.200
	1.820.235	196.534	351.573	276.992	995.136
Consolidado					
	Total Geral	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Responsabilidades com locações operacionais	495	145	220	130	
Obrigações de compra	26.632	12.572	11.964	2.096	
Juros futuros de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	229.255	47.066	93.374	74.615	14.200
	256.382	59.783	105.558	76.841	14.200

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Maria Machado Fernandes Presidente	Luiz Otávio Assis Henriques Conselheiro	Miguel Dias Amaro Conselheiro	Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira Conselheiro	Antonio Frederico Pereira da Silva Conselheiro
--	---	---	--	--

DIRETORIA

Luiz Otávio Assis Henriques Diretor-Presidente e Executivo	José Cherem Pinto Diretor Técnico	Stella Maris Moreira Fuão Diretor	Hélio Fernandes Dias Diretor	André Luís Nunes de Mello Almeida Diretor Tributário, Consolidação e Contabilidade	Ana Paula Marzano Cerqueira Contadora - CRC 1SP204118/O-8
--	---	---	--	--	---

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Lajeado Energia S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Lajeado Energia S.A. (a “Companhia” ou “Controladora”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Lajeado Energia S.A. e suas controladas (“Consolidado”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lajeado Energia S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e sua controlada. Para os itens que não estão registrados nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia e sua controlada.

Responsabilidades com locações operacionais na Companhia, inclui, essencialmente, o compromisso financeiro assumido em função do contrato de Arrendamento da UHE Lajeado. A titular do contrato de arrendamento é a Investco.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia e sua controlada.

34.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Aval de acionista			7.907	3.055
Depósito Cauçionado				19
Fiança Bancária	285		920	635
Fiança Corporativa	454.697		454.697	
Garantias em recebíveis	4.656	4.245	25.010	37.834
Notas Promissórias	22.014	25.828	22.014	25.828
Seguro garantia	182	571	182	571

Aval de acionista: O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista. O saldo de Aval de acionista, em sua totalidade, refere-se aos contratos de seguros de vida de sua controlada.

Depósito Cauçionado: São depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de compra e venda de energia.

Fiança Bancária: É um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira, e que, por se tratar de uma garantia e não de uma operação de crédito, está isenta do IOF.

Fiança Corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo, refere-se a emissão de debêntures.

Garantias em recebíveis: O artigo 28-A, da Lei Geral de Concessões (Lei nº 8.987/95), explicita a possibilidade das concessionárias cederem, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais como garantia dos contratos de mútuo de longo prazo - no mínimo cinco anos - destinados a investimentos na concessão. As concessionárias poderão ofertar seus recebíveis como garantia dos empréstimos tomados pela concessionária, ajustando-se ao modelo de Securitização de Recebíveis, em que o projeto é garantido pela receita operacional futura gerada pelo próprio empreendimento, quando em operação.

Notas Promissórias: é uma promessa de pagamento pela qual o emitente se compromete diretamente com o beneficiário a pagar-lhe certa quantia em dinheiro.

Seguro garantia: O Seguro Garantia é um tipo de seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas encontram-se o seguro em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar ou anular o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços etc.

35 Cobertura de seguros

A Companhia e sua controlada mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

	2013	
	Controladora	Consolidado
Usinas		987.121
Prédios e conteúdos (terceiros)		988
Transportes (veículos)		1.600
Acidentes Pessoais	520	8.427

36 Meio ambiente

A Investco segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Investco investe em ações sócio-ambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2013 foram de R\$ 4.749 (R\$ 6.928 em 31 de dezembro de 2012) sendo R\$ 4.007, capitalizados no exercício (Notas 16 ou 17), relativos à gestão e proteção do meio ambiente, e R\$ 742 em contrapartida do resultado do exercício relativo ao programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais em todas as suas instalações e proteção de biodiversidade e da paisagem e proteção do ar e clima.

com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lajeado Energia S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos**Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado**

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração e como informação suplementar, uma vez que as IFRS não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 2.5, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 25 de fevereiro de 2013, com opinião sem ressalvas e parágrafo de ênfase sobre a possibilidade de mudança do prazo estimado de vida útil para depreciação dos bens do imobilizado de geração de energia no regime de produção independente, considerando-se os fatos e circunstâncias descritos nas correspondentes notas explicativas.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2013, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2.5 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2012, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras de 2012 tomadas em conjunto.

Nossas opiniões sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não contêm modificação relacionada a esses assuntos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2014

**PricewaterhouseCoopers**

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Valdir Renato Coscodai

Contador CRC 1SP165875/O-6